



Newsletter julho 2023

IPEA: Acordo Mercosul-União Europeia e mudança estrutural: Considerações a partir de modelos de equilíbrio geral

No dia 4 de julho, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lançou a nota técnica "Acordo Mercosul-União Europeia e mudança estrutural: Considerações a partir de modelos de equilíbrio geral". A nota apresenta fundamentos para uma análise de perdas e ganhos esperados com a possível ratificação do Acordo Mercosul-UE, em sua dimensão comercial, e conclui que as evidências favoráveis à adoção do Acordo são modestas diante da magnitude dos riscos envolvidos.

"Em particular, poderá haver conflito entre as novas políticas para estimular a industrialização do país e a entrada em vigência do acordo, que exercerá influência na direção oposta. Recomenda-se cautela e ampliação dos estudos de impacto com modelos que considerem efeitos mais abrangentes, para que haja maior entendimento pelo poder público e pela sociedade brasileira sobre quais são os efeitos mais prováveis da adoção do acordo e suas consequências", afirma o documento.

SAIBA MAIS

Participação da Frente em Bruxelas



Os membros da Frente, da esquerda para a direita: Raiara Pires (MAM); Francisco Vladimir (Jubileu Sul Brasil); Maureen Santos (FASE); Kretã Kaingang (APIB); Gabriel Casnati (ISP); e Quintino Marques (CUT).

A Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA foi à Bruxelas com cinco representantes para a Conferência Internacional "Uma nova Relação Comercial UE-América Latina para o século 21", que aconteceu dia 17/07 no Parlamento Europeu, em Bruxelas, de forma paralela à Cúpula UE-Celac. Na Conferência, os membros Gabriel Casnati (ISP), Kretã Kaingang (APIB), Raiara Pires (MAM) e Quintino Marques (CUT) foram convidados como panelistas. Além deles, Maureen Santos (FASE) e Francisco Vladimir (Jubileu Sul Brasil) também estavam presentes. Após a Conferência, ativistas de mais de 50 organizações da sociedade civil construíram e demoliram uma gigantesca "Torre Jenga da Ambição do UE-Mercosul", de três metros de altura, em frente ao Parlamento Europeu, em protesto contra o acordo e para pressionar os políticos a interromper as negociações.

Coalizão STOP EU-MERCOSUR

No dia seguinte (18/07), houve uma reunião estratégica entre as organizações que compõem a Coalizão STOP EU-MERCOSUR. Dela, foram destacados alguns pontos focais que as organizações devem priorizar, como: aumentar o trabalho educacional e diálogo com as bases; concentrar a comunicação em impactos sociais e ambientais e apontar resultados diretos para a vida das pessoas; recuperar a soberania, a solidariedade entre os povos e pensar em alternativas; fortalecer e reanimar os laços transatlânticos do movimento global de justiça comercial; entre outros.



Reunião em Bruxelas com representantes da delegação brasileira



(Membros da Frente com membros da delegação diplomática brasileira em Bruxelas. Da esquerda para a direita, Gabriel Casnati (ISP); Raiara Pires (MAM); Quintino Marques (CUT); e Maureen Santos (FASE))

Ainda em Bruxelas, os membros da Frente se reuniram com representantes da delegação brasileira na Cúpula UE-CELAC que apontaram algumas questões importantes sobre o processo das negociações. Comentaram sobre a Cúpula ter sido caótica e com muita discórdia, sem muita convergência, o que é politicamente positivo para nós. Além disso, garantiram que não terão avanços no Acordo Mercosul-UE até o fim do ano e que não viam perspectivas para o Acordo no geral. No que diz respeito ao principal entrave para o governo brasileiro, a questão das compras públicas, a ideia do Brasil é excluir setores chave como saúde. Há também um descontentamento com o protocolo ambiental europeu.

A delegação também destacou que o governo está produzindo estudos sobre os impactos do Acordo e indicou que houve uma troca já prevista no grupo do Itamaraty encarregado das discussões do Acordo. Por fim, a delegação se colocou à disposição para reuniões futuras com os membros da Frente.

209 Civil Society Organisations Say: EU trade deals must not undermine democratic rights

209 organizações da sociedade civil assinaram uma nota contrária à tentativa de mudança dos processos de votação dos acordos comerciais entre os europeus e países da América Latina. A fim de contornar as críticas de alguns governos e parlamentos da UE, a Comissão Europeia quer mudar o processo de votação dos próximos acordos comerciais com o México, o Chile e os países do

Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e tornar mais fácil e mais rápido a aprovação dos acordos pela UE. Essa tentativa de "divisão" da Comissão Europeia significaria que os pilares comerciais dos acordos de associação com países terceiros seriam adotados sem a necessidade do consentimento de todos os Estados-Membros da UE no Conselho da UE e sem a necessidade de qualquer tipo de ratificação nacional.

No caso do acordo UE-Mercosul, por exemplo, essa divisão contornaria a oposição dos parlamentos da Áustria, Holanda, Valônia e Bruxelas, pois sua aprovação não seria mais necessária. Isso também seria contra as diretrizes de negociação dadas à Comissão Europeia pelo Conselho em 1999 e as Conclusões do Conselho de 2018. Nós, organizações da sociedade civil, nos opomos veementemente a essa divisão dos acordos comerciais.

SAIBA MAIS

O preço da cooperação UE e CELAC

Embora houvesse muita expectativa em torno de um possível avanço do Acordo Mercosul-UE na Cúpula UE-CELAC, o foco principal do evento foi a proposta de investimentos feita pelos europeus aos latino-americanos. Documentos oficiais, ao descreverem os objetivos do que foi chamado de um "Painel de Negócios entre União Europeia e a América Latina e o Caribe", sinalizam a necessidade de uma "revisão conjunta dos parâmetros-chave" para a nova estratégia de investimentos que vem sendo promovida pelos europeus, o Global Gateway. Concretamente, ele constitui um portfólio de investimentos que é ofertado pela Europa à América Latina, à África e à Ásia que funcionará como uma plataforma para atrair recursos no nível supranacional e nacional europeu, além de estabelecer parcerias com o setor privado daquele continente.

Assim, a Comissão Europeia, além de definir as áreas e os setores de interesse para o investimento privado europeu, também passa a estimular a transformação dos países-alvo do Global Gateway em zonas de sacrifício, de onde é possível extrair riquezas que, de modo geral, nunca retornam às comunidades locais. Há, nesse sentido, certas mudanças nas noções de cooperação e financiamento para o desenvolvimento, que tendem a gerar benefícios exorbitantes para o setor financeiro, ao passo que deixam muito pouco para as sociedades.

SAIBA MAIS